



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL

## I I Concurso Público de Provas para Provimento de Cargos de Analista Legislativo – Cerimonialista

Nome do Candidato

Caderno de Prova '07', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

## Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos



### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Maquiavel foi historiador, filósofo e político italiano do Renascimento.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 80 questões numeradas de 1 a 80.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotação, impresso não permitido, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto seguinte.

**A favor do tédio**

*Alguns livros recentes tratam dos malefícios de nossa constante vontade de encontrar diversões. Como sugere o título de um deles (O vício da distração), de Alex Pange, a vontade de se distrair seria uma forma de dependência. Também já li artigos de revista sobre "os surpreendentes benefícios do tédio".*

*Os livros não me pareceram imperdíveis. E os artigos nas revistas de grande circulação citam pesquisas por ouvir dizer. Mas tanto faz. O conjunto manifesta um novo clima segundo o qual a necessidade de sermos entretidos e estimulados continuamente não tornaria nossa vida mais rica e variada; ao contrário, é possível que essa disparidade empobreça nossa experiência.*

*Já foi dito por evolucionistas que a sorte de nossa espécie foi sua fraqueza: enquanto passávamos horas a fio escondidos e calados nos arbustos, esperando as feras passarem, a imobilidade e o tédio forçados produziram o surgimento da consciência, do pensamento e da fantasia. Que tal aplicar essa hipótese no campo da educação? O que é mais "educativo" para as crianças? A diversão? Ou a chance de se entediar?*

*Umberto Eco atribui ao filósofo Benedetto Croce uma frase que ele cita com frequência: "O primeiro dever dos jovens é o de se tornar velhos". Esse slogan não tem como ser muito popular numa época em que o primeiro dever dos velhos é o de parecerem jovens. De fato, em nossa época os adultos não ajudam os jovens a envelhecer; eles preferem mantê-los na mesma criança que eles desejam para si.*

*Certo, é preciso estimular as crianças para que elas se desenvolvam na interação com o mundo. Mas o problema é que, sem tédio maçante, ninguém, criança ou adulto, consegue inventar para si uma vida interior. E para que serve uma vida interior? Se forem pensamentos aos quais recorremos quando não temos nada para fazer, não é mais simples a gente se manter ocupado e não precisar da tal vida interior?*

*O problema é que há uma boa parte da vida exterior que, sem vida interior, é totalmente insossa. Se não acredita, tente se envolver com as artes, com as amizades ou com o sentimento amoroso levando apenas o ser que você tenha esvaziado. Mesmo entre outras espécies, há lições a observar. Os gatos, por exemplo, são ótimos administradores de seu tédio. Eles sabem se divertir muito bem, quando a ocasião se apresenta, mas também sabem não fazer nada com muita categoria. Nisso, eles batem os cachorros, que sempre parecem aliviados quando finalmente têm algo para fazer.*

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Aproveitar a vida e suas dores**. São Paulo: Planeta, 2025, p. 159-162)

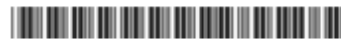
1. O título do texto – *A favor do tédio* – expressa a singular posição do autor, quando ele considera
  - (A) a vontade de se distrair como uma aspiração desejável e legítima dos jovens.
  - (B) a busca obstinada de entretenimento como um empobrecimento de nossas vivências.
  - (C) a diversão sistemática como uma pedagogia positiva a ser aplicada às crianças.
  - (D) o envelhecimento uma das inclinações naturais a ser interiorizada pelos adultos.
  - (E) o lazer programado como uma bem-sucedida experiência de amadurecimento.

---

2. Ao admitir que é preciso *estimular as crianças para que elas se desenvolvam na interação com o mundo* (5º parágrafo), o autor reconhece como um expediente para esse desenvolvimento
  - (A) o combate persistente às experiências tediosas e maçantes.
  - (B) a crítica rigorosa contra os excessos da interiorização.
  - (C) a ocupação permanente do pensamento em coisas objetivas.
  - (D) o aproveitamento do enfado como um fermento da vida interior.
  - (E) o favorecimento das experiências aventurosas e originais.

---

3. Referindo-se à nossa *vida exterior* e à nossa *vida interior* (6º parágrafo), o autor estabelece entre elas uma relação de
  - (A) independência, uma vez que cada uma tem um método próprio de autoafirmação.
  - (B) contiguidade, sendo difícil estabelecer um claro limite entre suas áreas de atuação.
  - (C) complementaridade, quando favorecido um enriquecimento recíproco entre ambas.
  - (D) causalidade, já que toda exteriorização é um efeito da interioridade.
  - (E) suplência, pois a falta de uma pode ser contornada pela afirmação da outra.



4. Se forem pensamentos aos quais recorremos quando não temos nada para fazer, não é mais simples a gente se manter ocupado e não precisar de tal vida interior?

O período acima manterá seu sentido básico e sua correção gramatical caso se substituam os dois elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) dos quais nos valemos – dispensar
- (B) pelos quais socorremos – desfavorecer
- (C) em cujos incorremos – relutar
- (D) a que nos pautamos – excluir
- (E) aonde investimos – impossibilitar

5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *os surpreendentes benefícios do tédio* (1ª parágrafo) = os imprevistos ganhos da rotina.
- (B) *citam pesquisas por ouvir dizer* (2ª parágrafo) = glosam estudos de valor irrelevante.
- (C) *Que tal aplicar essa hipótese no campo da educação?* (3ª parágrafo) = É o caso dessa inserção escolástica?
- (D) *levando apenas o ser que você tenha esvaziado* (6ª parágrafo) = conduzindo assim seu vazio original.
- (E) *há lições a observar* (6ª parágrafo) = há casos instrutivos para se considerar.

6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- (A) Atribui-se a um filósofo frases que, parecendo incontestáveis, num contexto diferente acaba por ganhar uma aceção controversa.
- (B) Deriva das argumentações do autor a convicção de que ao tédio cabem operações capazes de resgatar nossas experiências profundas.
- (C) O autor acredita que se reservou ao gato, mas não ao cachorro, propriedades que lhe permite extrair algum prazer dos momentos maçantes.
- (D) Não devem existir entre o prazer da diversão e o momento do tédio uma polarização absoluta, a se crer nas considerações do autor.
- (E) Couberam a evolucionistas desenvolver a ideia de que advieram das fraquezas de antepassados acuados a força da nossa interiorização.

7. Numa nova redação da frase *há uma boa parte da vida exterior que, sem vida interior, é totalmente insossa*, agora iniciada por *é totalmente insossa*, uma complementação coerente e correta será:

- (A) a vida interior, na medida em que não parte da vida exterior.
- (B) a vida exterior, uma vez que seja parte da vida interior.
- (C) uma parte da vida exterior, à falta da vida interior.
- (D) uma parte da vida exterior, conquanto lhe falte a vida interior.
- (E) uma parte da vida interior, à medida que lhe falte a vida exterior.

8. Está inteiramente adequada a pontuação da frase:

- (A) O título *O vício da distração* de um livro de Alex Pange, é, ao mesmo tempo, sugestivo e provocador; porquanto contraria o senso comum; imperativo para tantos.
- (B) Para estimular a vida interior na qual se desfruta o prazer das artes, é imprescindível que em certa medida o tédio crie seu espaço – aberto, para as cogitações.
- (C) Tratando-se de um filósofo como Croce há que se estranhar esse seu apelo, para que os jovens logo se tornem velhos descuidando, pois, dos prazeres de sua idade.
- (D) O tédio é uma deficiência do espírito, acreditam alguns; outros, como Alex Pange, combatem a obrigação da distração, na qual identificam mais um vício do que um prazer.
- (E) É notório em nossa época, esse esforço que fazem os adultos, interessados que estão em estimular uma criança generalizada – em vez de apressarem sua maturação.



**Atenção:** Para responder às questões de números 9 a 14, baseie-se no texto seguinte.

**[Luzia e a linguagem]**

*O nome dela pode ser Luzia. Nasceu agora mesmo, no Brasil. Um peso, mas também uma alegria. Se tudo estiver bem com ela, com sua saúde e seu desenvolvimento, a menina vai realizar um pequeno milagre. A partir de dados desorganizados, fragmentados e muitas vezes contraditórios, Luzia vai aprender a falar.*

*Quando, na vida adulta, ou mesmo ainda na escola, ela for tentar aprender um novo idioma, vai entender que não foi à toa que usei a palavra "milagre" agora há pouco. Aquilo que para uma pessoa adulta, instruída, com acesso a todo tipo de recursos e métodos é uma tarefa complicadíssima, uma criança pequena resolve por conta própria, quase sem dar por isso.*

*A linguagem é algo absolutamente central para a nossa espécie, e somos muitíssimo competentes em pegar esse bastão de uma geração anterior. Caso seja estritamente necessário, chegamos até a desenvolver um idioma que atenda às necessidades do nosso grupo, como já aconteceu com crianças surdas que, reunidas, desenvolveram como que do zero uma linguagem de sinais todinha delas.*

*As exigências para este milagre da aquisição de linguagem são até menores do que as relativas a outros campos: nossa menina Luzia pode nascer em condições de violenta pobreza e privação, e, mesmo assim, seu desenvolvimento linguístico vai acontecer. Pode demorar um pouco mais, porém vai acontecer. E se tudo estiver razoavelmente bem, ela vai acabar ganhando o domínio completo do idioma dos seus pais, da sua comunidade, do seu país. Ou, na verdade, sua nova versão dessa língua. Sim, mesmo que Luzia não tenha acesso à educação formal. Nesse caso, é essa variedade do idioma que ela não vai ter no bolso. Mas apenas essa.*

*Como nasceu no Brasil, é quase certo que esse idioma venha a ser o português. Ele vai ter um papel central na existência de Luzia: será o instrumento que ela vai utilizar para aprender a tomar decisões, conquistar o amor de alguém, alertar um amigo, pedir carinho à mãe, dizer bobagens para um filho... Tudo vai se dar nesse idioma. Nessa coisa variada, colorida, esquisita e maravilhosa que chamamos de língua portuguesa.*

(Adaptado de: GALINDO, Caetano W. **Latim em pó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 11-13)

9. O *milagre* a que se refere o autor no primeiro e no segundo parágrafos do texto consiste em admitir que
- (A) crianças aprendem a falar agregando elementos esparsos do idioma que ouvem.
  - (B) não é fácil para uma criança normal vir a ter domínio absoluto de sua língua.
  - (C) mesmo uma língua estrangeira é assimilada naturalmente por quem a analisa.
  - (D) os elementos contraditórios de uma língua são a chave mestra de sua aquisição.
  - (E) uma língua estrangeira não costuma ser assimilada por quem apenas a ouve.
- 
10. A **transmissibilidade** de uma língua entre seus falantes nativos e a sua **adaptabilidade** às necessidades que surgem estão referidas, respectivamente, nestes segmentos:
- (A) *a menina vai realizar um pequeno milagre* (1º parágrafo) e *é uma tarefa complicadíssima* (2º parágrafo).
  - (B) *tentar aprender um novo idioma* (2º parágrafo) e *acesso a todo tipo de recursos e métodos* (2º parágrafo).
  - (C) *A linguagem é algo absolutamente central para a nossa espécie* (3º parágrafo) e *exigências para este milagre da aquisição de linguagem* (4º parágrafo).
  - (D) *variedade do idioma que ela não vai ter no bolso* (4º parágrafo) e *é quase certo que esse idioma venha a ser o português* (5º parágrafo).
  - (E) *somos muitíssimo competentes em pegar esse bastão* (3º parágrafo) e *sua nova versão dessa língua* (4º parágrafo).
- 
11. A aquisição da linguagem falada e seu desenvolvimento linguístico, conforme se lê no 4º parágrafo,
- (A) ocorrem com absoluta independência das condições socioeconômicas de uma criança.
  - (B) são fenômenos diretamente ligados ao nível de escolarização dos iniciantes de um idioma.
  - (C) acontecem de modo natural e em ritmos distintos segundo variem as condições de vida.
  - (D) levam todos os falantes de um idioma a dispor de criatividade no uso de um outro idioma.
  - (E) alcançam a plenitude de seu desempenho se instruídos desde cedo pela educação formal.
- 
12. Há adequada correlação temporal entre as formas verbais da seguinte frase:
- (A) Quando Luzia fosse tentar aprender um novo idioma, ela terá entendido porque me vali da palavra milagre.
  - (B) Se for estritamente necessário, podíamos usar uma linguagem inteiramente voltada para as necessidade de nosso grupo.
  - (C) Mesmo que Luzia nascesse em condições precárias, acabará por atingir o domínio completo da linguagem de que precisara.
  - (D) No caso de a menina não passar pela educação formal, apenas esse nível linguagem terá representado um desafio para ela.
  - (E) Se ela não nascesse no Brasil não disporia dos variados e coloridos recursos com que conta a nossa língua.



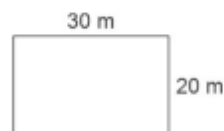
13. Aquilo que para uma pessoa com acesso ao uso de métodos eficazes é uma tarefa que lhe exige muito esforço, uma criança pequena resolve sem dar por isso.

A redação da frase acima permanecerá correta caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) a quem não faltem – atinar com isso  
 (B) de que disponha – lhe notar  
 (C) provida em – contar para isso  
 (D) sendo acessível a – fazê-lo perceptível  
 (E) franqueada no emprego de – torná-lo incluso
- 
14. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Se Luzia acessar a educação formal, dominará esse nível de linguagem**, as formas verbais resultantes deverão ser
- (A) estiver acessada – terá dominado  
 (B) for acessada – será dominado  
 (C) chegar a acessar – a teria dominado  
 (D) ter tido acesso – terá sido dominada  
 (E) for acessar – tê-la-á dominado
- 
15. Justifica-se plenamente o emprego das formas verbais no plural em:
- (A) Não se admitam que a pessoas sensíveis como elas imponham-se o terror de tais filmes.  
 (B) Convêm a crianças nervosas exporem-se a um surto emocional que tanto as impressionem?  
 (C) Caberiam a eles compreender que são fáceis de abalar os inocentes num filme como esse.  
 (D) Não se tratem crianças como criaturas que detenham pleno controle de seus nervos.  
 (E) De cenas de terror costumam ficar nos meninos muito do realismo que nelas se imprimiram.

#### Matemática e Raciocínio Lógico

16. Em um bairro, os lotes foram projetados para serem retangulares com medidas 30 m por 20 m. Se dois lotes contíguos forem adquiridos por um mesmo comprador, ele terá um terreno retangular de 60 m por 20 m e precisará de 160 metros de cerca para delimitar sua propriedade, como na figura a seguir:

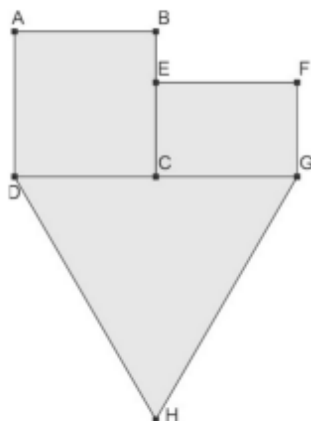


Paulo adquiriu 7 lotes contíguos. A metragem de cerca que Paulo precisa para cercar sua propriedade é

- (A) 430 m  
 (B) 440 m  
 (C) 460 m  
 (D) 250 m  
 (E) 230 m
- 
17. Cinco amigos, Ana, Bernardo, Carla, Diego e Ema, vão se posicionar em fila para uma foto. Se Ana e Carla vão se posicionar nos extremos e Ema exatamente no centro da foto, o número de fotos distintas, em relação à posição dos amigos, que poderão ser tiradas é
- (A) 4  
 (B) 8  
 (C) 2  
 (D) 6  
 (E) 16

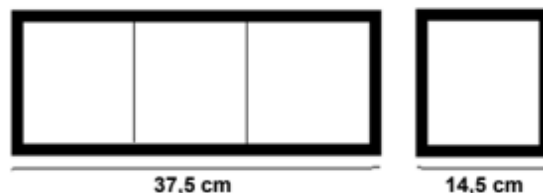


18. O terreno de seu Joaquim está representado na figura. O terreno é formado por três lotes, sendo um quadrado ABCD, em que todos os lados têm mesma medida, um retângulo EFGC e um triângulo equilátero, DGH, que também tem todos os lados de mesma medida. Seu Joaquim sabe que o lado do quadrado mede 30 metros, que a medida do lado do triângulo é o dobro da medida do lado do quadrado e que a medida de EC é o dobro da medida de BE.



A quantidade de cerca, em metros, que seu Joaquim deve comprar para delimitar seu terreno é

- (A) 220 m  
(B) 230 m  
(C) 200 m  
(D) 240 m  
(E) 180 m
19. Os pontos A, B, C e D estão, nessa ordem, em uma reta. Sabe-se que a distância entre A e B é  $\frac{1}{5}$  da distância entre B e D; e que a distância entre A e C é  $\frac{7}{11}$  da distância entre C e D. A razão entre as distâncias de A até B e B até C é
- (A)  $\frac{5}{3}$   
(B)  $\frac{3}{4}$   
(C)  $\frac{24}{7}$   
(D)  $\frac{22}{7}$   
(E)  $\frac{7}{22}$
20. Uma loja vende porta-retratos para uma, duas ou três fotografias de mesmo tamanho. As molduras para os três tamanhos de porta-retratos têm a mesma largura. O porta-retratos para três fotos tem largura 37,5 cm e o porta-retratos para uma foto tem largura de 14,5 cm, como na figura a seguir:



A largura do porta-retratos para duas fotos é

- (A) 24 cm  
(B) 25 cm  
(C) 27 cm  
(D) 28 cm  
(E) 26 cm

**Noções de Direito Constitucional**

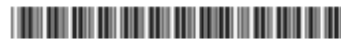
21. Com relação aos direitos sociais, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- (A) o aposentado filiado tem direito a votar, mas não a ser votado nas organizações sindicais.
  - (B) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
  - (C) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
  - (D) é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
  - (E) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- 
22. Fernando, dono de uma propriedade rural onde vive com a sua família, possui uma dívida que está sendo cobrada pelos credores. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, com base apenas nas informações fornecidas, a propriedade de Fernando
- (A) só não será objeto de penhora se for considerada pequena de acordo com a lei, se for trabalhada pela família e se o débito for decorrente de sua atividade produtiva.
  - (B) não será objeto de penhora apenas se for trabalhada pela família, independentemente de seu tamanho.
  - (C) não será objeto de penhora, pois todas as propriedades rurais, independentemente de seu tamanho, são impenhoráveis.
  - (D) será objeto de penhora, ainda que essa propriedade seja considerada pequena de acordo com a lei, seja trabalhada pela família e que o débito seja decorrente de sua atividade produtiva.
  - (E) só não será objeto de penhora se for considerada grande de acordo com a lei e se a renda da família provier da atividade rural nela realizada.
- 
23. Matt, filho de canadenses, nasceu no Brasil quando seus pais estavam a serviço da Venezuela e pretende, um dia, seguir carreira diplomática no Brasil; Ana Paula, filha de pai brasileiro e mãe chilena, nasceu na Espanha quando seu pai lá estava a serviço do Brasil e pretende, um dia, ser Ministra de Estado de Defesa no Brasil; Ralph, filho de ingleses, nasceu no Brasil quando seus pais aqui estavam passando as férias e pretende, um dia, ser Presidente da Câmara dos Deputados no Brasil. Com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- (A) nenhum dos três é brasileiro nato, porém poderão seguir as carreiras pretendidas apenas Matt e Ralph, caso se naturalizem brasileiros.
  - (B) nenhum dos três é brasileiro nato, porém poderá seguir a carreira pretendida apenas Ralph, caso se naturalize brasileiro.
  - (C) Matt, Ana Paula e Ralph são brasileiros natos e os três poderão seguir as carreiras pretendidas.
  - (D) apenas Ana Paula e Ralph são brasileiros natos e podem seguir as carreiras pretendidas.
  - (E) apenas Matt e Ralph são brasileiros natos e podem seguir as carreiras pretendidas.
- 
24. Considere as seguintes situações hipotéticas:
- I. Marlene, 35 anos, estreou na política nas últimas eleições ao Governo do Estado como Vice-Governadora do Estado "X", tendo sucedido o Governador eleito, que ao cargo renunciou. Marlene pretende se candidatar, nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026, ao Governo do mesmo Estado.
  - II. Leonardo, 34 anos, atual Prefeito de uma cidade situada no Estado "Y", pretende se candidatar, nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026, ao Governo do mesmo Estado.
  - III. Keith, 30 anos, sobrinha do atual Presidente da República do Brasil, pretende entrar no mundo da política e se candidatar, nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026, ao Governo do Estado onde reside.
- Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, com base apenas nas informações fornecidas, nessas situações, Marlene poderá ser eleita Governadora do Estado "X" nas próximas eleições e, sendo eleita em 2026,
- (A) poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito; e Keith não é inelegível para o cargo pretendido.
  - (B) poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito; e Keith é inelegível para o cargo pretendido, dado seu parentesco com o Presidente da República do Brasil.
  - (C) poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até seis meses antes do pleito; e Keith não é inelegível para o cargo pretendido.
  - (D) não poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito; e Keith é inelegível para o cargo pretendido, dado seu parentesco com o Presidente da República do Brasil.
  - (E) não poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até seis meses antes do pleito; e Keith não é inelegível para o cargo pretendido.



25. Com relação aos partidos políticos, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- (A) os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Supremo Tribunal Federal.
  - (B) os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
  - (C) os partidos políticos devem aplicar obrigatoriamente 30% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
  - (D) dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do fundo partidário destinados às campanhas eleitorais, os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% em candidaturas de pessoas pretas e pardas, nas circunscrições que melhor atendam aos interesses e às estratégias partidárias.
  - (E) somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que tiverem eleito pelo menos cinco Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
26. A Constituição Federal de 1988 poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; e de
- (A) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
  - (B) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
  - (C) pelo menos metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, em dois turnos, por três quintos de seus membros; ou, ainda, do Ministério Público, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta somente na mesma sessão legislativa.
  - (D) pelo menos metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, por três quintos de seus membros; ou, ainda, do Ministério Público, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
  - (E) pelo menos metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, em dois turnos, por três quintos de seus membros, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa nem na sessão legislativa subsequente.
27. Com relação às funções essenciais à justiça, considere:
- I. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
  - II. Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
  - III. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, está correto o que se afirma em
- (A) III, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) I, II e III.

### Noções de Direito Administrativo

28. A organização administrativa descentralizada da Administração Pública pressupõe que podem integrá-la
- (A) pessoas jurídicas de direito público com personalidade jurídica própria, como fundações, autarquias e empresas estatais prestadoras de serviço público, sem vínculo de hierarquia em relação à Administração Central.
  - (B) pessoas jurídicas de direito privado exploradoras de atividade econômica e prestadoras de serviço público, vinculadas hierarquicamente à Administração Central quando desempenham suas atividades sem finalidade lucrativa.
  - (C) pessoas jurídicas de direito público, com possibilidade de auferimento de receitas próprias, sujeitas a controle finalístico da Administração Central, à qual não se vinculam hierarquicamente.
  - (D) órgãos públicos como centros de competências e atribuições de interesse público, dotados de personalidade jurídica de direito público e, como tal, sujeitos à hierarquia da Administração Central.
  - (E) órgãos sem personalidade jurídica própria, mas autônomos, não sujeitos hierarquicamente à Administração Central.



29. A decisão emitida pelo diretor presidente de uma autarquia estadual que indeferiu a outorga de exploração de recursos hídricos por uma empresa privada
- (A) está obrigatoriamente sujeita a recurso dirigido ao Chefe do Executivo, por não se caracterizar, formal e materialmente, como ato administrativo, natureza restrita aos atos praticados pela Administração Direta.
  - (B) expressa o exercício de poder regulamentar delegado, desprovida da natureza de ato administrativo, este que qualifica apenas decisões proferidas pela Administração Indireta.
  - (C) tem natureza de ato administrativo discricionário, este que, como tal, sujeita-se a controle externo de mérito pelo Chefe do Executivo e de legalidade pelo Poder Judiciário.
  - (D) não pode ser objeto de revisão, tampouco de questionamento judicial, tendo em vista que o controle de legalidade exercido pelo Poder Judiciário limita-se aos atos administrativos vinculados.
  - (E) tem natureza jurídica de ato administrativo emitido por entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, passível de recurso ao Chefe do Executivo se a lei que instituiu o ente trouxe previsão expressa nesse sentido.
- 
30. O poder de polícia pode ser exercido por agentes públicos das diversas esferas, caracterizando-se
- (A) como indelegável, quando se tratar de exercícios de atribuições próprias da Administração Pública federal.
  - (B) como delegado, quando praticado por agentes públicos municipais, pois decorre das competências centrais atribuídas constitucionalmente para a Administração Pública Federal.
  - (C) pela necessidade de previsão legal, ainda que alguns aspectos relacionados ao seu exercício sejam de natureza discricionária.
  - (D) pela natureza vinculada expressa nos atos concretos, não se admitindo discricionariedade em atos que contemplem restrições de direitos de administrados.
  - (E) como atípicos, quando praticados com base em atos normativos infralegais autônomos ou quando dotados de discricionariedade, esta que pode suscitar controle judicial que exceda os aspectos de legalidade.
- 
31. A celebração de contratos pela Administração Pública pressupõe, como regra, a realização de procedimento de licitação, cuja fase preparatória demanda a elaboração de documentos que demonstrem a adequação e a vantajosidade do objeto e modelo jurídico para alcançar a finalidade de interesse público. Nesse sentido,
- (A) a contratação direta, mediante dispensa de licitação, pressupõe a inviabilidade de competição no mercado, reduzindo a escolha da Administração Pública a uma possibilidade exclusiva.
  - (B) todos os entes que integram a Administração Pública ficam sujeitos à licitação, como princípio e regra geral, admitindo-se a contratação direta, quando por dispensa do certame, nas hipóteses expressamente previstas em lei.
  - (C) a contratação direta, fora das hipóteses previstas em lei, dá lugar à responsabilização objetiva do agente público, nos casos em que tiver havido prejuízo para a Administração Pública.
  - (D) as autarquias e as fundações públicas sujeitam-se à lei própria para disciplina de suas licitações e contratações, não se lhes aplicando o regime jurídico que rege a Administração Direta.
  - (E) a inexigibilidade de licitação se configura excepcionalmente, nas hipóteses expressamente previstas em lei e desde que configure vantajosidade econômica para a Administração Pública em relação ao procedimento de licitação cabível em tese.
- 
32. O servidor que desempenha função de assessoramento no âmbito do Gabinete da Secretaria de Saúde de um ente federativo
- (A) deve, necessariamente, ter se submetido a concurso público, pois desempenha atribuições de confiança e, como tal, típicas de cargo efetivo.
  - (B) pode ter sido contratado para ocupar emprego público permanente ou de confiança, caso tenha se submetido a procedimento simplificado de seleção.
  - (C) deve ter sido investido em cargo público efetivo, tendo em vista que apenas servidores públicos dessa categoria são admitidos na Administração Direta.
  - (D) pode ter sido nomeado para cargo em comissão de livre provimento e criado por lei, o que não exige aprovação em concurso público.
  - (E) pode ter sido nomeado para cargo de confiança, cujo regime é celetista e dispensa prévia submissão a concurso público.



33. A responsabilidade civil do Estado pode ser excluída quando, no caso concreto,
- (A) não for possível evidenciar o nexo de causalidade entre a ação ou omissão de agente público e os danos causados a terceiros, a exemplo da hipótese de culpa exclusiva da vítima.
  - (B) se tratar de responsabilidade objetiva e for possível afastar o dolo do agente público que tenha causado danos a terceiros.
  - (C) se estiver diante de ato omissivo de agente público, pois a responsabilidade do estado pressupõe culpa ou dolo, que só podem se materializar por meio de atos comissivos.
  - (D) tiver havido culpa exclusiva da vítima, pois essa situação exclui o dolo do agente público, elemento indispensável para a caracterização da responsabilidade civil do Estado.
  - (E) o agente público que causou os danos estivesse no regular exercício de suas funções e tenha se evidenciado o prejuízo exclusivamente em decorrência de culpa do mesmo.
- 
34. As empresas estatais distinguem-se, quanto a seu regime jurídico, das autarquias, pois
- (A) podem contratar servidores pelo regime celetista ou estatutário, conforme seu objeto social tenha por escopo a prestação de atividades econômicas ou de serviços públicos, respectivamente.
  - (B) as autarquias dependem da Administração Direta para seu custeio e administração, enquanto as empresas estatais não podem receber recursos financeiros ou bens materiais do ente federado ao qual se vinculam.
  - (C) seu regime de bens é de direito público e seu regime de pagamento de dívidas é o de precatórios, mas seu patrimônio pode ser penhorado para garantia de dívidas perante outros entes federados.
  - (D) a execução de suas atividades ou serviços se dá com finalidade lucrativa, o que não é compatível com a natureza jurídica de direito público a que se sujeitam as autarquias.
  - (E) constituem pessoas jurídicas e, portanto, têm personalidade jurídica própria, enquanto as autarquias são órgãos públicos sujeitos ao mesmo regime jurídico aplicável à Administração Pública Direta.

#### Legislação Institucional

35. De acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, dentre outras hipóteses, compete privativamente à Assembleia Legislativa
- (A) suspender, se declarar procedente a acusação, nos crimes comuns e de responsabilidade, o exercício do mandato do Governador do Estado, e afastar os Secretários de Estado, não podendo, entretanto, destituir nenhum deles, ainda que tenham sido condenados definitivamente.
  - (B) aprovar convenções e ajustes de que o Estado seja parte e ratificar os que, por motivo de urgência e no interesse público, foram efetivados sem prévia aprovação.
  - (C) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia do Estado exclusivamente em operações de créditos internos.
  - (D) dar posse ao Governador eleito; conhecer de sua renúncia; conceder ao Governador licença sempre que ele se ausentar do País, independentemente do tempo dessa ausência, não sendo necessária a licença para ausentar-se do Estado.
  - (E) fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, do Tribunal de Contas e os da administração indireta, não sendo, entretanto, competente para escolher os membros do Tribunal de Contas do Estado.
- 
36. De acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, essa Constituição
- (A) poderá ser emendada por proposta: do Governador do Estado; de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; ou de um terço das Câmaras Municipais, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.
  - (B) poderá ser emendada por proposta, dentre outros, de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa, sendo que a matéria constante em proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de proposta na mesma sessão legislativa.
  - (C) poderá ser emendada, dentre outros, por proposta do Governador do Estado, sendo que a proposta de emenda será discutida e votada em único turno, considerando-se aprovada se obtiver três quintos dos votos dos membros da Assembleia Legislativa.
  - (D) não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal ou estado de defesa, podendo, porém, ser emendada em estado de sítio, por discricionariedade do Governador.
  - (E) não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, sendo que a emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Assembleia Legislativa.



37. De acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, considere:
- I. A prática de um crime comum pelo Procurador-Geral do Estado.
  - II. Os mandados de injunção, quando a ausência de norma regulamentadora de competência da Mesa da Assembleia Legislativa tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
  - III. Os mandados de segurança contra ato da Mesa da Assembleia Legislativa.
- É da competência do Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) I, II e III.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) III, apenas.
- 
38. Com relação à eleição da Mesa Diretora, de acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução nº 65/08),
- (A) quando da eleição da Mesa Diretora, observar-se-á o seguinte: presença da maioria dos deputados; registro de chapas ou de candidato individual ou avulso, ou indicados pelas Bancadas; chamada, dos deputados, pelo 1º Secretário, para exercício do voto; recebimento, pelo 2º Secretário, da folha de votação utilizada pelo Deputado.
  - (B) a eleição dos membros da Mesa Diretora será feita por votação nominal e secreta, considerando-se eleita a chapa ou o candidato individual ou avulso que obtiver a maioria absoluta dos votos.
  - (C) o nome do Deputado não poderá figurar em mais de uma chapa apresentada, ainda que esteja concorrendo ao mesmo cargo eletivo, por expressa vedação do referido Regimento Interno.
  - (D) cumpridas as exigências previstas no referido Regimento Interno, o Presidente solicitará ao 2º Secretário que proceda à chamada nominal dos deputados, por Bancada, para votação, sendo os membros da Mesa Diretora chamados no início, observada a ordem hierárquica decrescente.
  - (E) sobre qualquer irregularidade verificada caberá recurso ao Presidente da Mesa Diretora dos trabalhos, devendo, esse recurso, ser interposto exclusivamente pelo líder do partido a que pertencer o candidato que se julgar prejudicado, não podendo ser proposto pelo próprio candidato.
- 
39. Astolfo exerce cargo em comissão que compreende o "conjunto de atribuições que, desempenhadas nas posições hierárquicas mais elevadas do Poder Legislativo, dizem respeito ao cumprimento de atividades de dirigir, controlar equipes, processos e projetos". Matilda exerce cargo em comissão que compreende o "conjunto de atribuições que, desempenhadas na posição hierárquica mais elevada de unidade administrativa integrante da estrutura organizacional do Poder Legislativo, dizem respeito ao cumprimento de atividades de gerenciar, coordenar, controlar equipes, processos e projetos". Cleonice exerce cargo em comissão que compreende o "conjunto de atribuições concernentes à aptidão para auxiliar, em razão de determinado conhecimento ou qualificação, na execução de atividades legislativas e administrativas". De acordo com a Lei nº 6.278/2024 (Estatuto dos servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul), para fins dessa lei, Astolfo, Matilda e Cleonice exercem, respectivamente, os cargos de
- (A) chefia, assessoramento e direção.
  - (B) chefia, direção e assessoramento.
  - (C) direção, assessoramento e chefia.
  - (D) direção, chefia e assessoramento.
  - (E) assessoramento, chefia e direção.
- 
40. Para efeitos da Lei nº 6.279/2024 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul), considera-se:
- (A) Desenvolvimento: possibilidade de crescimento do servidor nas referências e classes de um cargo, estimulando seu desenvolvimento profissional e pessoal, de forma a contribuir para a melhoria contínua dos resultados e para a consecução dos objetivos estratégicos da administração pública.
  - (B) Descrição e especificação de cargos: registro das atribuições cometidas ao servidor as quais agregam valores à organização, e dos requisitos essenciais para o provimento dos cargos.
  - (C) Carreira: processo de crescimento profissional e pessoal do servidor, caracterizado pela aquisição de novos conhecimentos, habilidades e atitudes e o consequente aprimoramento de seu desempenho funcional.
  - (D) Cargo em comissão: cargo de confiança de provimento transitório e de livre nomeação e exoneração nos termos da Constituição Federal, podendo ele recair somente sobre servidor do Poder Legislativo de Mato Grosso do Sul, de quaisquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
  - (E) Promoção vertical: mudança do servidor de uma referência de vencimento para o imediatamente subsequente na mesma classe do cargo que ocupa.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

41. Para o Manual de Redação da Presidência da República, "a redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos". Portanto, os documentos que emanam do Poder Público, segundo o manual, devem
- (A) omitir, obrigatoriamente, se a autoridade que assina o texto é titular, interina ou substituta.
  - (B) priorizar o uso da primeira pessoa para tornar clara a autoria do texto.
  - (C) obedecer a certas regras formais em qualquer suporte de comunicação.
  - (D) evitar o uso do vocativo para impedir que o interlocutor seja colocado em evidência.
  - (E) evitar a objetividade para que não resulte em textos rudes e grosseiros.

42. De acordo com o Decreto nº 70.274/1972 e suas alterações, ocorrendo o falecimento do Presidente da República, o veículo que conduz a família do falecido, no cortejo fúnebre, deverá, até a entrada do cemitério,
- (A) vir logo após o automóvel do Presidente da República em exercício.
  - (B) ser o primeiro veículo do cortejo fúnebre.
  - (C) ter na sua retaguarda o automóvel que conduz o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
  - (D) ser posicionado entre os veículos que conduzem os presidentes da Câmara e do Senado.
  - (E) vir logo após o automóvel que conduz o Presidente do Congresso Nacional.

43. Considere a seguinte hipótese:

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, por força da Lei Estadual nº 4.541/2014, que instituiu o "Outubro Rosa" no calendário sul-mato-grossense, está organizando um evento com a participação de um renomado especialista internacional em câncer de mama, que fará a apresentação de como está o tratamento da doença em nível mundial, e de três médicos do estado, que falarão sobre tratamento, campanhas de conscientização e mutirões de exames promovidos pelo poder público. A moderação será feita pelo próprio Presidente da Assembleia. A plateia poderá formular perguntas.

A estrutura do evento que está sendo organizado pela ALEMS corresponde a

- (A) um Painel.
  - (B) um Fórum.
  - (C) um Colóquio.
  - (D) uma Conferência.
  - (E) um Simpósio.
44. O conjunto de regras, normas e formalidades que regulamentam o cerimonial, reconhecido internacionalmente como um sistema de cortesia que garante as prerrogativas dos participantes e que se refere às práticas adotadas por um país no relacionamento com as nações estrangeiras quanto às práticas internas do governo, é chamado de:
- (A) Hierarquia.
  - (B) Etiqueta.
  - (C) Solenidade.
  - (D) Precedência.
  - (E) Protocolo.

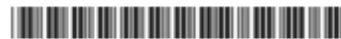
45. O Estado de Mato Grosso do Sul instituiu o "Dia do Cerimonialista" que, de acordo com a Lei nº 3.543/2008, é comemorado no dia 29 de
- (A) janeiro.
  - (B) outubro.
  - (C) dezembro.
  - (D) julho.
  - (E) setembro.

46. Considere a seguinte hipótese:

Um Chefe de Cerimonial está reunindo alguns documentos significativos do momento histórico, que serão encerrados em uma urna que, posteriormente, será enterrada em um determinado local como parte de um evento. Faz parte desse tipo de cerimônia o convite para que a maior autoridade presente jogue a primeira pá de terra sobre a urna.

As etapas mencionadas fazem parte da cerimônia de

- (A) inauguração de um prédio público.
- (B) lançamento de Pedra Fundamental.
- (C) demolição de um prédio histórico.
- (D) leilão de um prédio público.
- (E) inauguração de um mausoléu.



47. De acordo com o Título VIII, Capítulo I, do Regimento Interno da ALEMS, a posse do Governador e do Vice-Governador realizar-se-á
- (A) em Sessão solene da última Sessão Legislativa da Legislatura que está se encerrando.
  - (B) na primeira sessão extraordinária do ano seguinte à eleição, que terá cunho solene e festivo.
  - (C) no dia 2 de fevereiro, às nove horas, durante a 1ª Sessão Legislativa da Legislatura.
  - (D) no dia primeiro de janeiro de ano seguinte à eleição, em Sessão especial que terá cunho solene e festivo.
  - (E) na Governadoria, no dia 1º de janeiro do ano seguinte à eleição, com a presença de todos os deputados.
- 
48. Os responsáveis pela realização de eventos, em geral, seccionam o processo de planejamento e organização em quatro etapas: concepção, pré-evento, trans-evento e pós-evento. A definição das estratégias de comunicação e *marketing* são definidas
- (A) durante a etapa de trans-evento.
  - (B) durante a etapa de concepção.
  - (C) na etapa de pré-evento.
  - (D) na prestação de contas do pós-evento.
  - (E) antes das etapas de planejamento.
- 
49. Sobre a Bandeira Nacional, considerando-se a Lei nº 5.700/1971, é correto afirmar que:
- (A) quando distendida e sem mastro, o lado maior da Bandeira deve ficar na vertical e a estrela isolada em cima de forma que não seja ocultada por nenhum obstáculo.
  - (B) no caso de funeral, a Bandeira fica hasteada durante o dia e o seu hasteamento acontece no início do velório oficial na presença de familiares do falecido.
  - (C) a Bandeira Nacional deve ser hasteada, obrigatoriamente nos dias de festa, somente nas repartições que estiverem abertas ao público.
  - (D) a Bandeira Nacional estará permanentemente hasteada no mastro plantado nos parques estaduais, no Distrito Federal, como símbolo da Pátria e do povo brasileiro.
  - (E) quando várias bandeiras são hasteadas ou arriadas simultaneamente, a Bandeira do Brasil é a primeira a atingir o topo e a última a dele descer.
- 
50. De acordo com a legislação em vigor, são considerados símbolos nacionais a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, o Selo Nacional e as Armas Nacionais. Sobre esse último, é correto afirmar que
- (A) o símbolo das Armas Nacionais foi criado na mesma data da Bandeira Nacional, em 19 de novembro de 1889.
  - (B) seu uso é obrigatório no Palácio da Presidência da República e nos veículos do Senado Federal.
  - (C) a presença das Armas é obrigatória nos edifícios-sede dos três poderes nacionais e facultativo nos edifícios dos governos estaduais.
  - (D) seu uso valida todos os atos governamentais, diplomas e certificados expedidos pelo poder executivo.
  - (E) o Brasão Nacional simboliza a glória, a honra e a nobreza do Brasil e eterniza a data da independência do Brasil.
- 
51. De acordo com a Resolução nº 65/2008, datada de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Regimento Interno da ALEMS, cabe à Mesa Diretora
- (A) convidar o Deputado a retirar-se do recinto do Plenário, quando perturbar a ordem.
  - (B) propor privativamente à Assembleia a criação dos lugares necessários aos seus serviços administrativos.
  - (C) decidir soberanamente as questões de ordem e as reclamações ou atribuir ao Plenário a decisão.
  - (D) suspender as sessões sempre que julgar conveniente ao bom andamento técnico dos trabalhos.
  - (E) manter a ordem, fazer observar o Regimento e, quando julgar necessário, evacuar as galerias.
- 
52. A Assembleia Legislativa do Estado deve observar o que determina a Lei nº 5.700/1971 em relação ao hasteamento da Bandeira Nacional. Segundo Art. 15 da citada lei, a Bandeira do Brasil deve ser hasteada com solenidades especiais, no dia 19 de novembro (Dia da Bandeira), às
- (A) 10 horas.
  - (B) 8 horas.
  - (C) 6 horas.
  - (D) 12 horas.
  - (E) 14 horas.
- 
53. Segundo o especialista Carlos Takahashi, "as regras de etiqueta são uma espécie de código através do qual nós informamos aos outros que somos preparados para conviver harmoniosamente no grupo". Segundo as normas correntes em etiqueta,
- (A) a mulher casada deve ser apresentada à mulher solteira.
  - (B) o mais velho deve ser apresentado ao mais novo.
  - (C) a hierarquia prevalece sobre a idade e o sexo.
  - (D) o homem deve ser apresentado à mulher.
  - (E) o cliente prevalece para ser apresentado ao colega.



54. Considere a seguinte hipótese:
- Um executivo recebeu convite para um evento noturno que define o traje como "passeio completo". O traje que se amolda para cumprir o que está estipulado no convite é
- (A) terno escuro com camisa branca, gravata discreta.
  - (B) calça clara com blazer escuro, camisa social, sem gravata.
  - (C) *smoking*.
  - (D) casaca.
  - (E) fraque.
- 
55. O Decreto nº 70.274/1972, aprovou as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência. De acordo com este Decreto,
- (A) a precedência entre os Ministérios de Estado é determinada por critério histórico de criação.
  - (B) as autoridades federais têm precedência, nos estados, sobre os respectivos governadores e vice-governadores.
  - (C) quando o Presidente da República se fizer representar, o lugar de seu representante é sempre à esquerda de quem preside o evento.
  - (D) os Cardeais da Igreja Católica têm situação correspondente à de embaixadores de país estrangeiro.
  - (E) os representantes de convidados a eventos com a participação do Presidente da República assumirão a respectiva ordem de precedência dos convidados que representam.
- 
56. Geralmente o mestre de cerimônias dispõe de uma lista com os nomes e os cargos dos componentes da mesa e também podem incluir autoridades e convidados que têm um lugar reservado na primeira fileira do auditório em que se realiza um evento. Essa lista respeita a ordem geral de precedência do Decreto de Cerimonial e corresponde à
- (A) Anunciata.
  - (B) Lista de Autoridades.
  - (C) Relação de Convidados.
  - (D) Rol de Agradecimentos.
  - (E) Nominata.
- 
57. Na forma do Decreto nº 70.274/1972, em solenidades relacionadas à condecoração de pessoas destacadas pelo alto grau de cidadania, promovidas pelo Governo da União,
- (A) as medalhas e condecorações entregues aos homenageados serão fabricadas pela Casa da Moeda do Brasil.
  - (B) só poderão ser usadas medalhas e condecorações conferidas pelo Governo federal ou por Governos estrangeiros.
  - (C) quando o homenageado pertencer ao quadro das forças armadas, as medalhas serão as cunhadas pelo Exército Brasileiro.
  - (D) as pessoas já homenageadas com medalhas não poderão ser indicadas para receber outras condecorações.
  - (E) as medalhas ou condecorações destinadas a cidadão falecido deverão ser entregues somente aos genitores do falecido.
- 
58. De acordo com as Disposições Preliminares do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul,
- (A) a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias deverá acontecer durante o mês de novembro de cada ano legislativo.
  - (B) a Sessão Legislativa da Assembleia da ALEMS reunir-se-á de 01 de fevereiro a 01 de julho e de 01 de agosto a 1 de dezembro de cada ano.
  - (C) durante a Sessão, o Plenário da Assembleia só receberá Deputados da própria Legislatura, funcionários e representantes de órgãos de publicidade credenciados.
  - (D) a Assembleia Legislativa funcionará de terça a sexta com a presença de, pelo menos, metade de seus membros nas sessões públicas.
  - (E) as comissões técnicas da Casa farão reuniões semanais às segundas e aos sábados com a presença de, pelo menos, metade de seus membros efetivos.
- 
59. De acordo com o Regimento Interno da ALEMS, é prerrogativa da "Comissão de Constituição, Justiça e Redação", entre outras competências, tratar
- (A) da criação, ampliação ou manutenção de reservas biológicas e/ou recursos naturais.
  - (B) dos assuntos tributários, operações financeiras e empréstimos públicos.
  - (C) da política estadual de Informática.
  - (D) do regime jurídico dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos.
  - (E) da concessão de título honorífico ou atribuição de nome a próprios estaduais.



60. O Regimento Interno da ALEMS define, no Capítulo VIII, o conceito e as atividades do Líder, definindo-o como "o porta voz de uma representação partidária ou Bloco Parlamentar e o seu intermediário autorizado perante os órgãos da Assembleia". Segundo o Regimento,
- (A) cada Líder poderá indicar Vice-Líderes, na proporção de um para cada cinco Deputados.  
 (B) é prerrogativa do Líder assumir a palavra "pela liderança" no curso de discussão de matéria urgente.  
 (C) para reconhecer a liderança de Bancada, é necessário que ela seja integrada por, no mínimo, cinco Deputados.  
 (D) é competência do Líder indicar os membros da respectiva Bancada, e seus substitutos, nas comissões.  
 (E) o Líder do Governo, indicado pelo Governador do Estado, deverá recair sobre um Líder do Bloco Parlamentar.

61. O Regimento Interno da ALEMS, no título IV, trata dos diversos tipos de sessões. A esse respeito, as sessões
- (A) preparatórias são convocadas para a análise de documentos que serão debatidos nas sessões ordinárias.  
 (B) extraordinárias têm quatro fases: Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia e Explicação Pessoal.  
 (C) especiais são as realizadas para fins não compreendidos nos objetos das sessões extraordinárias.  
 (D) solenes acontecem em dias e horários fixados antecipadamente no Regimento.  
 (E) permanentes se destinam à vigilância por ocorrência de fato ou situação de gravidade.

62. De acordo com o Regimento Interno da ALEMS no que se refere às modalidades e aos processos de votação, o processo de votação
- (A) simbólico não poderá ser utilizado para declarar de utilidade pública qualquer entidade.  
 (B) simbólico deve ser utilizado, obrigatoriamente, em todas as proposições apresentadas pelos Deputados.  
 (C) secreto será usado quando solicitado por todos os líderes de Bancada.  
 (D) nominal será utilizado quando houver pedido de verificação de votação.  
 (E) nominal poderá ser feito em cédulas a pedido de 2/3 dos Deputados presentes na sessão.

63. Existem várias maneiras de dispor louças, cristais e talheres em mesas de eventos. Essas maneiras identificam os serviços oferecidos aos convivas. Há um serviço que se caracteriza pela formalidade e requinte. Os convidados são acomodados em mesas e atendidos individualmente por garçons, que servem os pratos pelo lado esquerdo do convidado e os retiram pelo lado direito. Essa descrição corresponde ao serviço
- (A) à francesa.  
 (B) à inglesa.  
 (C) à americana.  
 (D) russo.  
 (E) à brasileira.

64. A respeito de discursos em almoços ou jantares oferecidos a autoridades, os convidados e o anfitrião
- (A) devem discursar enquanto os convidados consomem a sobremesa.  
 (B) não devem fazer pronunciamentos no local do serviço.  
 (C) deverão fazer pronunciamentos antes do serviço.  
 (D) devem usar da palavra, ordenados pelo cerimonialista, da maior para a menor hierarquia.  
 (E) deverão fazer pronunciamentos no final de serviço.

65. Considere a seguinte hipótese:

Em um evento da ALEMS, serão hasteadas três bandeiras: a do Brasil (1), a do Mercosul (2) e a do Estado de Mato Grosso do Sul (3), conforme esquema abaixo.

( )	( )	( )
<b>FRENTE</b>		
<b>PÚBLICO</b>		

De acordo com as normas em vigor, o público contemplará os pavilhões citados na seguinte ordem:

- (A) (1) - (2) - (3).  
 (B) (2) - (1) - (3).  
 (C) (3) - (1) - (2).  
 (D) (2) - (3) - (1).  
 (E) (1) - (3) - (2).



66. Observe o quadro abaixo correspondente à posição de autoridades em uma mesa formada para uma solenidade.

A	B	C	D	E
FRENTE DO PALCO				
FRENTE DAS CADEIRAS				
PLATEIA				

De acordo com o Decreto nº 70.274/1972, a autoridade que ocupa a posição

- (A) E é a quarta maior precedência.
- (B) C é a segunda maior precedência.
- (C) D é a segunda maior precedência.
- (D) A é a quarta maior precedência.
- (E) B é a terceira maior precedência.

67. Considere a seguinte hipótese:

O Presidente da República fez-se representar pelo Ministro da Justiça em um evento organizado pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul. A solenidade conta com a presença do Governador, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e do Secretário de Justiça.

Considerando as cinco autoridades presentes ao evento, o representante do Presidente da República ocupará o assento

- (A) do lado esquerdo do Governador do Estado que presidirá a solenidade.
- (B) central da mesa que deveria ser ocupado pelo Presidente da República.
- (C) do lado direito do Presidente da Assembleia Legislativa que presidirá a solenidade.
- (D) do lado direito do Presidente do Tribunal de Justiça que presidirá a solenidade.
- (E) do lado direito do Governador do Estado que presidirá a solenidade.

68. Considere a seguinte hipótese:

O Presidente da República confirmou a presença em um jantar programado pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Além dele, foram convidadas outras personalidades ilustres da vida política do Estado. Algumas pessoas, alegando problemas na agenda pessoal, comunicaram à equipe do Cerimonial do evento a impossibilidade de comparecer e apresentaram representantes para suprir a ausência.

Caberá à equipe de Cerimonial

- (A) comunicar ao convidado que seu representante não terá lugar na mesa de autoridades, mas terá lugar garantido em outras mesas.
- (B) solicitar a presença do representante com alguns minutos de antecedência para as devidas anotações na nominata.
- (C) informar a essas pessoas que, de acordo com a legislação, quando o Presidente da República comparecer, ninguém poderá fazer-se representar.
- (D) esclarecer que os representantes em eventos com o Presidente da República não poderão fazer uso da palavra.
- (E) informar que os representantes deverão comparecer ao local após o término do jantar para ouvir as mensagens do Presidente e demais autoridades.

69. De acordo com o Art. 28 da Lei nº 5.700/1971, consideram-se as cores nacionais

- (A) o verde e o amarelo.
- (B) o azul e o amarelo.
- (C) o verde, o amarelo, o azul e o branco.
- (D) o verde, o amarelo e o azul.
- (E) o azul e o branco.



70. Considere a seguinte hipótese:

Em um evento público na Capital de Mato Grosso do Sul foi montada uma panóplia posicionada no palco para receber as bandeiras do Brasil, do Estado de São Paulo, do Estado de Mato Grosso do Sul e do Município de Campo Grande, como na ilustração abaixo.

A	B	C	D
<b>VOLTADA DE FRENTE PARA O PALCO</b>			
<b>PLATEIA</b>			

Sendo correta a ordem de precedência das bandeiras em relação à plateia, os pavilhões têm a seguinte correspondência

- (A) C – Bandeira Nacional, B – Bandeira de Mato Grosso do Sul, A – Bandeira do Estado de São Paulo e D – Bandeira do Município de Campo Grande.
- (B) B – Bandeira Nacional, D – Bandeira de Mato Grosso do Sul, C – Bandeira do Estado de São Paulo e A – Bandeira do Município de Campo Grande.
- (C) B – Bandeira Nacional, A – Bandeira de Mato Grosso do Sul, C – Bandeira do Estado de São Paulo e D – Bandeira do Município de Campo Grande.
- (D) B – Bandeira Nacional, C – Bandeira de Mato Grosso do Sul, A – Bandeira do Estado de São Paulo e D – Bandeira do Município de Campo Grande.
- (E) C – Bandeira Nacional, B – Bandeira de Mato Grosso do Sul, D – Bandeira do Estado de São Paulo e A – Bandeira do Município de Campo Grande.

71. Considere a seguinte hipótese:

Em um evento público planejado pela equipe de cerimonialistas da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul estarão presentes Deputados Estaduais, o Prefeito de Campo Grande, três comandantes militares da região (Marinha, Exército e Aeronáutica), não sendo possível verificar a antiguidade entre eles, e o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que presidirá o evento.

Considerando a ordem de precedência definida pela legislação vigente, é correto afirmar que, na nominata,

- (A) os militares serão relacionados na seguinte ordem de precedência: Almirante de Esquadra, General de Exército e Tenente Brigadeiro.
- (B) os militares terão precedência em relação ao Presidente da Assembleia.
- (C) o Prefeito de Campo Grande precederá os representantes militares.
- (D) o Presidente da Assembleia, por cortesia, será a última autoridade a ser chamada.
- (E) os militares serão as últimas autoridades a serem chamados para a mesa de honra.

72. A Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais. Sobre o Hino Nacional, a citada lei determina que:

- (A) a execução do Hino Nacional Brasileiro deverá obedecer ao andamento metronômico de uma semínima igual a 220.
- (B) nas cerimônias em que se tenha de executar o Hino Nacional Estrangeiro, por cortesia, este precede o Hino Nacional Brasileiro.
- (C) a tonalidade de execução instrumental do Hino Nacional Brasileiro é obrigatoriamente em sol maior.
- (D) nos casos de execução simples instrumental ou vocal, o Hino Nacional poderá se resumir à sua introdução.
- (E) o Hino Nacional não poderá ser executado em cerimônias religiosas ainda que associadas a sentidos patrióticos.

73. Considere a seguinte hipótese:

Um estagiário encaminhou ao assessor de comunicação um texto com o seguinte período: *“A instalação da CPI da Saúde não foi instalada pela ação de um deputado da oposição. Ele é experiente porque está em seu quarto mandato. O deputado quer concorrer à Presidência da Assembleia na próxima eleição para o cargo.”*

O assessor de comunicação citou o Manual de Redação da Presidência da República para demonstrar o equívoco cometido pelo estagiário. A parte do Manual citada pelo assessor trata de

- (A) Impessoalidade.
- (B) Paradoxo.
- (C) Concisão.
- (D) Clareza e precisão.
- (E) Coesão e coerência.



74. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, cada Deputado poderá apresentar, apenas dois projetos de Resolução destinados à concessão de título honorífico de cidadão sul-mato-grossense e dois projetos de Resolução destinados à concessão de comenda de Mérito Legislativo,
- (A) por semestre.
  - (B) por mês.
  - (C) em cada Sessão Legislativa.
  - (D) por ano.
  - (E) durante o seu mandato.
- 
75. Sobre a cerimônia pública de hasteamento dos pavilhões nacional, estadual e municipal, definida pelo Ato 1/2013, é correto afirmar que
- (A) o hasteamento das bandeiras ocorrerá às 12 horas no pátio externo da Assembleia Legislativa.
  - (B) a solenidade ocorrerá na primeira segunda-feira de cada mês.
  - (C) a Diretoria de Cerimonial e Relações Públicas do Poder Legislativo será responsável pela coordenação do hasteamento.
  - (D) se trata de um ato coordenado pela Escola do Legislativo Senador Ramez Tebet.
  - (E) as escolas ligadas ao Projeto Parlamento Jovem Sul-mato-grossense têm presença obrigatória.
- 
76. O Manual de Redação da Presidência da República, no capítulo dedicado aos "Fundamentos da Elaboração Normativa" esclarece que com a nova redação constitucional, a proposição de Ação Direta de Inconstitucionalidade pode ser requerida por várias autoridades e órgãos. Entre eles estão
- (A) os Partidos, mesmo sem representação no Congresso Nacional, e o Presidente da República.
  - (B) o Governador de Estado e a Confederação Sindical.
  - (C) a Mesa do Senado Federal e a Câmara de Vereadores de Capitais.
  - (D) o Procurador-Geral da República e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.
  - (E) a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa.
- 
77. De acordo com a Lei nº 15.263/2025 (Política Nacional de Linguagem Simples), considera-se linguagem simples:
- (A) valer-se de termos estrangeiros para incluir as pessoas na linguagem técnica.
  - (B) usar termos técnicos para instruir os cidadãos.
  - (C) desenvolver uma ideia por parágrafo.
  - (D) evitar listas, tabelas e recursos gráficos para não confundir os leitores.
  - (E) redigir frases preferencialmente na voz passiva.
- 
78. O Cerimonial depende de dois profissionais que se completam na realização de eventos: o Cerimonialista e o Mestre de Cerimônias. É correto afirmar que o
- (A) Mestre de Cerimônias é o encarregado de conduzir o evento, fazer a ponte entre o palco e o público.
  - (B) Cerimonialista se esmera na oratória, no improviso e esbanja carisma para conquistar o público.
  - (C) Mestre de Cerimônias é o encarregado de cuidar do planejamento, controlar o cronograma e a infraestrutura do evento.
  - (D) Cerimonialista é o homem/mulher do palco, hábil com o microfone e com a solução de imprevistos.
  - (E) Mestre de Cerimônias tem a obrigação de coordenar os bastidores e garantir o sucesso do evento.
- 
79. Existem alguns termos que devem ser dominados pelos profissionais que exercem atividades na área de cerimonial. Indique o termo cujo significado está corretamente informado:
- (A) *Checklist* corresponde ao conjunto de informações coletadas e importantes para o desenvolvimento do trabalho. É um elemento primordial para o planejamento.
  - (B) *Mailing list* é o produto gerado a partir do acompanhamento da leitura e da seleção de notícias veiculadas a respeito da instituição ou evento.
  - (C) *Clipping* é a lista com dados para contato com os públicos de interesse, contendo nome, endereço, telefone, *email*, local de trabalho, cargo etc.
  - (D) *Briefing* é o instrumento que reúne textos, imagens e materiais de apoio para subsidiar os jornalistas e comunicadores com informações mais detalhadas sobre um evento.
  - (E) *Checklist* refere-se a dados que orientam o planejamento e a organização de um evento ou projeto, contendo descrições e tarefas a serem executadas.
- 
80. O Manual de Redação da Presidência da República, ao tratar das funções das normas jurídicas, afirma que elas cumprem a tarefa de concretizar a Constituição. Essas tarefas, segundo o Manual, são expressas por determinadas funções. O conceito de função que está corretamente definido é o de:
- (A) inovação: a lei cria modelos para direcionar condutas que facilitem a convivência.
  - (B) integração: a lei evita o arbítrio ao vincular os próprios órgãos do Estado.
  - (C) proteção: a lei compensa as diferenças jurídico-políticas na formação da vontade do Estado.
  - (D) planificação: a lei é o instrumento básico de organização, definição e distribuição de competências.
  - (E) regulação: a lei facilita a ordem jurídica no plano social.